



ISSN: 2358-0844

n. 10, v. 1 nov.2018-abr. 2019

p. 269-296.

# A 'Ideologia de Gênero' no Brasil: conflitos, tensões e confusões terminológicas

Elder Luan dos Santos Silva<sup>1</sup>

**RESUMO:** O discurso da ideologia de gênero tem se reproduzido entre os setores conservadores, especialmente entre cristãos das igrejas católicas e protestantes, e parlamentares das bancadas do Boi, Bala e Bíblia, que durante (e após) o processo de aprovação do Plano Nacional de Educação (2014) e da Base Nacional Comum Curricular (2017) se posicionaram contra o estudo e discussão de questões relacionadas a gênero e sexualidade nas escolas públicas brasileiras. Nesse processo, uma série de inverdades sobre as noções de gênero e sexualidade foram produzidas e localizadas como parte da teoria feminista e dos estudos sobre gênero e sexualidade. Meu objetivo nesse trabalho é produzir um contra discurso à Ideologia de Gênero, apontando as suas deficiências, incompreensões e confusões terminológicas produzidas com o intuito de instaurar um pânico moral e combater os direitos das mulheres e LGBTs, que em consequência acabam incentivando e legitimando a violência de gênero e lgbtfobia. O texto está organizado nas seguintes partes: introduzo a discussão refletindo sobre a transformação do gênero, sexo e sexualidade em objetos discursivos; apresento a construção discursiva de gênero como um aparelho ideológico; reflito sobre o cenário brasileiro e as principais tensões em torno da chamada "Ideologia de Gênero"; em seguida, apresento as construções teóricas em torno do conceito de gênero no movimento feminista; e por fim, sinalizo as incompreensões encontradas na noção de Ideologia de Gênero e as potencialidades que os estudos de gênero têm para o projeto político de eliminação da opressão, subordinação e subalternização das mulheres, e para a construção de uma sociedade mais igualitária.

**PALAVRAS-CHAVE:** estudos de gênero; feminismo; gênero.

**Abstract:** The discourse of gender ideology has been replicated among the conservative sectors, especially among Christians of Catholic and Protestant churches, and members of the Boi, Bala and Bible counterparts, who during (and after) the approval process of the National Education Plan 2014) and the National Curricular Common Core (2017) have positioned themselves against the study and discussion of issues related to gender and sexuality in Brazilian public schools. In this process, a number of untruths about the notions of gender and sexuality were produced and located as part of feminist theory and studies on gender and sexuality. My objective in this work is to produce a counter-discourse to the Gender Ideology, pointing out its deficiencies, misunderstandings and terminological confusion produced with the intention of instituting a moral panic and combating the rights of women and LGBTs, who in consequence end up encouraging and legitimizing violence of gender and HIV / AIDS. The text is organized in the following parts: I introduce the discussion reflecting on the transformation of gender, sex and sexuality into discursive objects; I present the discursive construction of gender as an ideological apparatus; reflection on the Brazilian scenario and the main tensions around the so-called "Gender Ideology"; then I present the theoretical constructions around the concept of gender in the feminist movement; and finally, I point out the misunderstandings found in the notion of Gender Ideology and the potential that gender studies have for the political project of eliminating the oppression, subordination and subordination of women, and for the construction of a more egalitarian society.

**Keywords:** gender studies; feminism; woman; gender identity.

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Mestre em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade e Doutorando em Gênero, Mulheres e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: elluanss@gmail.com

Recebido em 01/09/18

Aceito em 11/11/18



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 10, v. 1 nov.2018-abr. 2019

p. 269-296.

**Resumen:** El discurso de la ideología de género se ha reproducido entre los sectores conservadores, especialmente entre cristianos de las iglesias católicas y protestantes, y parlamentarios de las bancadas del Buey, Bala y Biblia, que durante (y después) el proceso de aprobación del Plan Nacional de Educación (2014) y de la Base Nacional Común Curricular (2017) se posicionaron contra el estudio y discusión de cuestiones relacionadas con género y sexualidad en las escuelas públicas brasileñas. En ese proceso, una serie de inverdades sobre las nociones de género y sexualidad fueron producidas y localizadas como parte de la teoría feminista y de los estudios sobre género y sexualidad. Mi objetivo en este trabajo es producir un contra discurso a la Ideología de Género, apuntando a sus deficiencias, incomprensiones y confusiones terminológicas producidas con el propósito de instaurar un pánico moral y combatir los derechos de mujeres y LGBT, que en consecuencia acaban incentivando y legitimando la violencia de género y lgbtfobia. El texto está organizado en las siguientes partes: inserto la discusión reflexionando sobre la transformación del género, el sexo y la sexualidad en objetos discursivos; presento la construcción discursiva de género como un aparato ideológico; reflejo sobre el escenario brasileño y las principales tensiones en torno a la llamada "Ideología de Género"; a continuación, presento las construcciones teóricas en torno al concepto de género en el movimiento feminista; y por último, señalo las incomprensiones encontradas en la noción de Ideología de Género y las potencialidades que los estudios de género tienen para el proyecto político de eliminación de la opresión, subordinación y subalternización de las mujeres, y para la construcción de una sociedad más igualitaria.

**Palabras clave:** estudios de género; feminismo; género.

## 1. Gênero, sexo e sexualidade como objetos discursivos

Há períodos históricos em que a sexualidade é mais nitidamente contestada e mais excessivamente politizada. Nesses períodos, o domínio da vida erótica é, de fato, renegociado (RUBIN, 1994).

O trecho acima reproduzido é essencial para iniciarmos essa discussão que aborda o que os setores mais conservadores da sociedade brasileira têm denominado de ideologia de gênero. Na perspectiva de Gayle Rubin (1994), acredito que estamos vivendo um desses períodos históricos, onde a sexualidade e o gênero, mais especificamente os gêneros e sexualidades dissidentes, estão sendo excessivamente contestados e politizados. Acredito que o momento em que nos encontramos, reuniu condições de possibilidades históricas para que esses movimentos religiosos, e conservadores em geral, projetassem suas ideias.

Tal como no final do século XIX, quando, assim como aponta Foucault (1985), os vícios, como um todo, passaram a ser perseguidos e viraram objetos discursivos da sociedade, especialmente da comunidade médica, nos últimos anos, presenciamos também um avançar dos setores conservadores no Brasil e no mundo e um aumento significativo dos discursos e discursividades sobre os sexos, as sexualidades e os gêneros dissidentes.

Algo que tem marcado esse debate, tal como já salientava Moore (1997), no final da década de 90, é que as diferenças entre homens e mulheres na vida social são descritas e estabelecidas a partir do viés biológico e da compreensão que existe uma simples relação de causa e efeito entre biologia e comportamento social (MOORE, 1997). Segundo aponta Moore (1997), a própria biologia tem rejeitado essas perspectivas que a compreendem como um “determinante de mão única”, entretanto, de forma intencional, alguns setores e instituições da nossa sociedade, a exemplo das igrejas católicas e protestantes, tem insistido em combater toda e qualquer produção que localizem gênero e sexualidades fora da natureza e da biologia.

Tais concepções são reflexo da dominação do sexo por mais de um século pela medicina, psiquiatria e psicologia, que se esforçavam para reproduzir esses essencialismos, e para classificar o sexo como propriedade dos indivíduos, sem história e determinantes sociais (RUBIN, 1994). Mais que isso, segundo também expressa Rubin (1994), as sociedades ocidentais consideram o sexo como uma força negativa, perigosa e destrutiva e até mesmo inerentemente pecaminosa, que se organiza com base em um sistema hierárquico de valores sexuais que organiza a prática sexual. Aqueles comportamentos e práticas que são lidas como de baixo status, a exemplo do que Rubin (1994) chama



de “sapatões de bar e homens gays promíscuos”, são punidas e estigmatizadas, e categorizadas como má conduta sexual.

Para Foucault (1985), os discursos sobre o sexo têm se ordenado no sentido de afastar da realidade as formas de sexualidade que destoam da economia de reprodução. Através de discursos que condenam as atividades infecundas, os prazeres paralelos, e reduzem as práticas sexuais a finalidades reprodutivas, multiplicaram-se as condenações jurídicas das perversões e anexou-se a irregularidade sexual à doença mental.

Em todas as etapas da vida humana, foram desenvolvidas normas sexuais regulatórias, controles pedagógicos da sexualidade, tratamentos médicos, caracterizando e abominando os desvios possíveis. Nos últimos três séculos, houve uma centralização da sexualidade na genitália, ordenada em função de assegurar o povoamento, reproduzir a forma de trabalho e das relações sociais, e proporcionar uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora (FOUCAULT, 1985).

Segundo Foucault (1985), a sexualidade, que era pública, sem escândalos, sem incômodos, passou, ao longo dos séculos XVIII e XIX, a ser confiscada pela família conjugal, promovendo uma série de perguntas que a tornaram uma questão discursiva. A sexualidade das crianças, dos loucos, dos criminosos, o prazer dos que não amam o outro sexo, os devaneios, as obsessões, que anteriormente figuravam apenas entrevistas, começaram a ser mais fortemente interrogadas, dando lugar à dimensão específica da contra natureza do campo da sexualidade (FOUCAULT, 1985). Desde então, a sexualidade vem sendo descrita, educada, compreendida, normatizada, regulada, explicada, saneada, a partir das mais diversas perspectivas (LOURO, 2003).

São nesses séculos que são gestadas as sexualidades periféricas, aquelas que carregam o estigma da loucura moral, da neurose genital, da aberração, do sentido genésico, da degenerescência e do desequilíbrio psíquico (FOUCAULT, 1985). Esse aparecimento, gera um regime mais severo, um controle mais direto sobre essas sexualidades, um artifício suplementar da severidade nos mecanismos de vigilância, instaurados pela pedagogia das sexualidades, e pela intervenção da religião, da ciência médica, da psiquiatria e da educação na construção dos prazeres morais e sadios, e na execução de um poder proibitivo (LOURO, 2003).

O desejo passa, então, a ser transformado em discurso, e tudo que se relaciona com o sexo deveriam ser dito, confessado, para que se possa ao mesmo tempo fiscalizá-lo por meio de discursos



públicos de regulação (FOUCAULT, 1985). Ao se tornar um problema político e econômico, tanto o estado, quanto a sociedade (em especial a igreja), passam a organizar o sexo e fazer do comportamento dos casais um problema público, que afasta da realidade as formas de sexualidade que estivessem insubmissas a economia de (re)produção (FOUCAULT, 1985). A sexualidade deveria ser algo economicamente útil e politicamente conservadora, aquelas que assim não fossem, passaram então a serem perseguidos, o que em consequência gerou a implementação das múltiplas perversões das heterogeneidades sexuais (FOUCAULT, 1985).

Foucault (1985) afirma que o poder que persegue as sexualidades torna-as também objetos de desejo; os controles e dispositivos de saturação da sexualidade, que reduziram o sexo ao casal heterossexual e incitaram a caça às sexualidades não-reprodutivas, possibilitaram, ao mesmo tempo, a proliferação de grupos com elementos múltiplos e sexualidades desviantes; a interdição da sexualidade gerou a proliferação dos discursos, que produziu saberes sobre o prazer, ao tempo que estimulou a experimentação dos prazeres.

Aqueles que passam a ser abominados, e que são expostos pelos discursos de interdição e regulação, são as chamados sexualidades periféricas, não naturais, como por exemplo a sexualidade das crianças, dos loucos, dos criminosos, dos homossexuais, das manias, dos que não amam, entre outros (FOUCAULT, 1985). Todas essas figuras, que antes estavam entrevistas, passam a não somente serem expostas, como também a ter a difícil missão de confessar aquilo que são, como é o caso da homossexualidade, que passa de uma prática (sodomia) para uma identidade (o sujeito homossexual) (FOUCAULT, 1985).

A medicina e a psiquiatria contribuíram enormemente para a multiplicação dessas categorias dissidentes, que reforçadas pela igreja como práticas pecaminosas, assumiram na cultura popular um lugar de depravada, doentes, pecaminosas, que ameaça as crianças, a organização das famílias e até mesmo a segurança nacional (RUBIN, 1994). Esse pânico gerado pelo sexo e a sexualidade tem contribuído para que algumas instituições sociais, a exemplo das organizações cristãs, dediquem parte de seu tempo para combater, aquilo que por elas é lido como não-natural, imoral, entre outros adjetivos negativos, fruto de um pensamento que posiciona o sexo exclusivamente no campo biológico e reprodutivo.

Segundo Rubin (1994), justamente por não ser uma estrutura monolítica, é que existem batalhas contínuas em torno das “definições, avaliações, arranjos, privilégios e custos do comportamento sexual” (RUBIN, 1994, p. 28), fazendo com que a luta política sobre o sexo assuma



contornos específicos, como é o caso da chamada ideologia de gênero; forma como alguns setores das igrejas católicas e neopentecostais e partidos políticos conservadores (no Brasil, conhecidos como bancada do Boi, da Bíblia e da Bala) estão usando para se referir aos estudos sobre gênero, mulheres, feminismo, sexo e sexualidades. Para essas pessoas, os estudos de gênero se estruturam para forçar um novo modelo familiar, uma nova forma de viver a sexualidade, e um projeto de destruição do sexo e do gênero em suas formas convencionais.

A partir dessa compreensão, estruturam seu pensamento e sua atuação de forma a reforçar que o gênero e a sexualidade são biológicos, que dependem um do outro para coexistir, que não se constroem socialmente, e que são ainda designados por deus, o que os tornariam ainda menos possível de serem modificados/transformados em sociedade. Esses setores não só têm produzido outros discursos e discursividades, como também tem desenvolvido e ampliado uma ofensiva contra qualquer avanço legislativo em termos dos direitos das mulheres, LGBTs e igualdade de gênero.

A partir da perspectiva de Rubin (1994) podemos afirmar que a noção de *Ideologia de Gênero* é um dos modos de regulação tanto da conduta sexual quanto da produção de gênero e sexualidades. Pensando nisso, nesse contexto de produções de microfacismos e perseguições aos gêneros e sexualidades dissidentes, é que proponho nesse texto uma análise exploratória daquilo que tem sido chamado como ideologia de gênero, seguida de uma crítica feminista às concepções que estão sendo localizadas como produto dos estudos de gênero, feminismo e sexualidade.

Meu objetivo com este artigo é realizar uma análise comparativa entre o que tem sido chamado de “Ideologia de Gênero” (identificando sua gênese, principais expoentes e argumentos) e o que se tem produzido na Teoria Feminista e Estudos de Gênero sobre esse conceito, a fim de identificar como a retórica sobre “Ideologia de Gênero” produz, propositalmente, uma série de confusões terminológicas e conceituais em torno dos estudos de gênero e sexualidade com o intuito de disseminar um pânico moral que tenta conter o avançar dos direitos e cidadania das mulheres e pessoas LGBTs e anular o potencial crítico e emancipador do feminismo.

Buscarei na teoria feminista – mesmo entre aquelas que pareçam antagônicas – o que pode ser utilizado como crítica ao que se tem chamado de ideologia de gênero. Para isso, farei uso de teorias produzidas, desde a primeira onda feminista, aos desdobramentos atuais da terceira onda, para atestar que – uma questão talvez até muito simples para as feministas e estudiosas do campo dos gêneros e sexualidade – o gênero e até mesmo o sexo, não são biológicos e divinos, não estão naturalmente correlacionados, e são construídos socialmente, variando em cada sociedade.



Esse artigo se organiza nas seguintes partes: na seção seguinte, tematizo aquilo que convencionalmente vem sendo chamado de ideologia de gênero, apontando as raízes dessa corrente e suas formulações sobre o conceito de gênero; na terceira seção, reflito sobre o cenário brasileiro e as principais tensões em torno desse debate; na quarta, historicizo o conceito de gênero, desde o seu surgimento na linguística até meados da década de 90, quando passa a ser questionado pelas feministas pós-estruturalistas; e por fim, sinalizo as incompreensões encontradas na noção de Ideologia de Gênero e as potencialidades que os estudos de gênero têm para o projeto político de eliminação da opressão, subordinação e subalternização das mulheres, e para a construção de uma sociedade mais igualitária.

## 2. A noção de gênero como Ideologia

Se buscarmos na teoria feminista, encontraremos poucas construções teóricas e políticas que localize o conceito de gênero como uma “ideologia”. Gênero só foi formulado como conceito em meados da década de 40, e somente na década de 80 passou a ser utilizado como categoria de análise (SCOTT, 1990). Na perspectiva marxista, talvez até possamos localizar gênero como algo ideológico, já que, em certa medida, as construções teóricas em torno do conceito tinham e tem como objetivo a eliminação das formas de opressão à mulher, a destruição do sistema patriarcal e como consequência dos sistemas capitalistas, racistas e lgbtfóbicos.

Segundo afirma Junqueira (2017), a identificação de gênero como uma ideologia política não nasceu no campo dos estudos feministas, ao contrário disso, teve sua gênese entre os setores ultraconservadores da Igreja Católica, em especial em documentos da Cúria Romana dedicados ao tema. Seja sob o desígnio de Ideologia, ou às vezes de Teoria de Gênero, no singular, tal como reforça Junqueira (2017), esses sintagmas funcionam como rótulos políticos e não são conceitos científicos.

Junqueira (2017) afirma que desde 1990, e ao longo dos anos subsequentes, foram numerosos os esforços criativos do Vaticano e de seus documentos episcopais para encontrar expressões que melhor expressassem suas teorias sobre gênero, e que também funcionassem na mídia e na política para mobilizar as pessoas e agentes públicos contra os estudos de gênero e os direitos das mulheres e LGBTs. Junqueira (2017) mapeia a existência de pelo menos 17 expressões, sendo elas:

teoria do gender, ideologia de gender, ideologia da ausência de sexo, teoria subjetiva do gênero sexual, teoria do gênero queer, teoria do gênero radical, teoria feminista do gênero, teoria feminista radical, teoria feminista violenta, ideologia ultra feminista do gender, ideologia do lobby gay, ditadura do



gender, genderismo, ou, simplesmente, gender (JUNQUEIRA, 2017).

Segundo Cornejo-Valle e Pichardo (2017) e Junqueira (2017) essa retórica, além de referir-se aos estudos sobre gênero, mulheres e feminismo, funciona como movimento de oposição às políticas públicas e direitos das mulheres e LGBTs, a exemplo da legalização do aborto, criminalização da homofobia, legalização do casamento igualitário, reconhecimento das uniões homoparentais, e, especialmente, às políticas voltadas a superação das assimetrias de gênero na educação (JUNQUEIRA, 2017).

Esse movimento, ao tempo que invoca medidas que justifiquem a discriminação, utiliza-se do poder e visibilidade que sua retórica encontra no seio das igrejas católicas e neopentecostais para fazer afirmações homofóbicas, sexistas e contra os direitos das mulheres e minorias sexuais, especialmente os que se relacionam com temas de maior repercussão e mobilização social, como os já citados anteriormente (aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo, reconhecimento das identidades trans, adoção por casais do mesmo sexo, entre outros) (CORBEJO-VALLE, PICHARDO, 2017; JUNQUEIRA, 2017).

Furlani, (2016), Miskolci e Campana (2017), Cornejo-Valle e Pichardo (2017) e Junqueira (2017) apontam momentos distintos de produção dessa retórica, mas consensuam que foi no seio da Igreja Católica, especialmente em seus setores ultraconservadores que isso se produziu. Segundo Jimena Furlani (2016), em entrevista concedida ao site *apublica*<sup>2</sup>, a noção de ideologia de gênero foi uma narrativa criada entre os movimentos conservadores da Igreja Católica, e nos movimentos pró-vida e pró-família. Junqueira (2017) localiza em 1994 a contraofensiva da Igreja em pró da naturalização da ordem sexual em reação às discussões ocorridas na Conferência Internacional sobre População, no Cairo, e na Conferência Mundial sobre as Mulheres, em Pequim. Miskolci e Campana (2017) afirmam que a noção de Ideologia de Gênero foi debatida durante a V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano do Caribe (Celam) em 2007, e divulgada através do “Documento de Aparecida”.

Em uma seção que se propõe discutir a realidade que atravessa a religião, é visível, assim como destacam Miskolci e Campana (2017), a preocupação da Igreja com as demandas relacionada a cidadania de pessoas homossexuais.

---

<sup>2</sup> Ver Furlani (2016).



40. Entre os pressupostos que enfraquecem e menosprezam a vida familiar, encontramos a ideologia de gênero, segundo a qual cada um pode escolher sua orientação sexual, sem levar em consideração as diferenças dadas pela natureza humana. Isso tem provocado modificações legais que ferem gravemente a dignidade do matrimônio, o respeito ao direito à vida e a identidade da família (CELAM, 2007, p. 30).

Junqueira (2017) localiza a construção da narrativa sobre ideologia de gênero em duas produções bibliográficas: *The Gender-Agenda: redefining equality*, de Dale O'Leary, publicada em 1997, onde a autora tece críticas e constrói uma argumentação contra às *gender feminists*, e *L'Évangile face au désordre mondial*, do monsenhor Michel Schooyans, publicado em 1997, com parágrafo escrito por Joseph Ratzinger, prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, que, segundo aponta Junqueira (2017), foi o primeiro a utilizar a expressão “ideologia de gênero”.

O termo também é usado pela primeira vez em um documento eclesiástico em 1998, em uma Conferência Episcopal realizada no Peru, que tinha como tema “A ideologia de gênero – seus perigos e alcances”, e em 2003 quando o “Pontifício Conselho para a Família” publica um dicionário de “termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas” onde o termo “Ideologia de Gênero” é definido como uma ideologia feminista que tem como objetivo a libertação das mulheres e tornar a heterossexualidade apenas mais uma prática sexual, entre várias (CORNEJO-VALLE e PICHARDO, 2017; JUNQUEIRA, 2017).

Furlani (2016), além de mencionar a publicação de Dale O'Leary, sinaliza a importância que o livro de Jorge Scala, *Ideologia de gênero: o gênero como ferramenta de poder*, de 2010, que no Brasil foi traduzido com o título de *Ideologia de gênero – o neototalitarismo e a morte da família*, teve para propagação dessas ideias na América Latina. Na abertura de seu livro, Scala (2010), afirma:

A assim chamada “teoria” (“enfoque”, “olhar”, etc.) de gênero é, na realidade uma ideologia. Provavelmente a ideologia mais radical da história, já que, se fosse imposta, destruiria o ser humano em seu núcleo mais íntimo e, multaneamente, acabaria com a sociedade (Scala, 2010, p. 11).

O Documento de Aparecida também estabelece uma agenda coletiva contra aquilo que se acredita ser “ideologia de gênero”, afirmando a necessidade de que a defesa do conceito tradicional de família seja prioridade em suas lutas e campanhas. Para Furlani (2016), a retórica da ideologia de gênero tem como objetivo:

Propagar um pânico social e voltar as pessoas contra aos estudos de gênero e contra todas as políticas públicas voltadas para as mulheres e a população LGBT, sobretudo nas questões relacionadas aos



chamados novos direitos humanos, por exemplo, no uso do nome social, no direito à identidade de gênero, na livre orientação sexual (FURLANI, 2016).

A Igreja Católica desenvolveu uma verdadeira ofensiva intelectual contra os avanços relacionados aos estudos e políticas de gênero. Uma série de pesquisas sobre teoria feminista foi realizada, resultando em diversas publicações que faziam uma interpretação católica das questões de gênero e sexualidade e dos direitos das mulheres e minorias sexuais. Entre os principais expoentes dessa literatura, destacam-se Marguerite Peeters, Gabriele Kuby, Francesco D'Agostina, Bispo Tony Anatrella, Mons. Michel Schooyans, Constance Miriano, Jorge Scala, o Cardeal Josef Ratzinger (depois conhecido como Bento XVI) e o monsenhor Alzamora Revoredo, que publica o texto *Gender Ideology* traduzido para várias línguas e principal influente das publicações posteriores. O termo ideologia é tomado no seu sentido marxista e utilizado de forma estratégica para denunciar o caráter ilusório do gênero como construção social (CORNEJO-VALLE E PICHARDO, 2017).

Para Cornejo-Valle e Pichardo (2017) essa literatura confessional se constitui a partir de radicalismos religiosos comuns e questões-chaves providas de valores morais e cristãos. Não apenas são dadas novas interpretações a conceitos comuns da teoria feminista, como também é instituído um pânico moral que tem como elementos principais:

la exacerbación de la moral sexual como elemento central de la definición de la propia creencia y de la identidad grupal; el énfasis en la separación física y conceptual de los sexos; la infravaloración de la mujer; la visión de la propia doctrina como "una respuesta a la confusión de la identidad masculina y a la ansiedad derivada de la quiebra del dualismo de género"(CORNEJO-VALLE E PICHARDO, 2017, p. 6).

Esse pânico, e todas as questões relacionadas a retórica da Ideologia de Gênero alcançam seu ponto alto em dezembro de 2012, quando o então Papa Bento XVI concede a chancela papal para o uso do termo “Ideologia de Gênero” e legitima as agendas que se posicionavam contra os direitos das mulheres e LGBTs, assim como a incorporação dessas políticas nos sistemas de educação (JUNQUEIRA, 2017). Desse ponto em diante, percebe-se a viralização em diversos países de um movimento transnacional antigênero, que entre outras coisas defende:

a “família natural”: representada como a “única natural”, fundada no matrimônio heterossexual e destinada à transmissão da vida, e apresentada como uma realidade sob constante ameaça e a ser protegida. Disso derivam tanto a ideia de que seria preciso garantir às crianças o direito de crescer em uma “família de verdade”, quanto a pressão sobre instâncias governamentais ou de representação política para interromper ou proibir a adoção de medidas noções supostamente inspiradas na



“teoria/ideologia do gender” (JUNQUEIRA, 2017, p. 232).

No universo da Ideologia de Gênero, os gêneros e sexualidades dissidentes e as políticas públicas que visam garantir direitos às mulheres e LGBTs são então posicionados como um perigo à humanidade, à família e à religião cristã. Nessa ofensiva, pessoas trans, feministas, gays, lésbicas e bissexuais são construídas e caricaturadas como inimigas das pessoas de bem, diluem-se os significados de termos e palavras do universo feminista e LGBT, ameaças apocalípticas são invocadas como consequência dos avanços dos direitos dessas populações, e uma justificativa para lgbtfobia, machismo e misoginia é traçada como estratégia de defesa a esses avanços.

### 3. O cenário Brasileiro

No Brasil, o primeiro grande debate em torno daquilo que se chamou de ideologia de gênero se deu em 2014<sup>3</sup>, quando o Plano Nacional de Educação para os próximos 10 anos entrou em discussão no Congresso Nacional. Em um livro publicado em parceria pelas editoras do Senado e da Câmara dos Deputados, e organizado por suas consultoras legislativas na área de educação, Ana Valeska Amaral Gomes e Tatiana Feitosa de Britto, Britto (2015) assinala que a “promoção da igualdade de gênero e da orientação sexual na educação” é apontada como uma das inovações controversas do texto, que devido à pressão de grupos religiosos, foi substituída por “promoção da equidade, da justiça social e da não discriminação de modo geral”.

Em outro momento do livro, ainda no texto de Britto (2015), ela afirma que a diretriz sobre a superação das desigualdades de gênero e orientação sexual foi um dos pontos mais polêmicos do plano, e que ocupou grande parte dos debates. O foco nas menções a gênero e sexualidade no PNE intensificou as discussões dentro e fora do Congresso Nacional, contribuindo diretamente para que, aqueles setores que se manifestavam contra as questões sobre desigualdade de gênero e orientação sexual chegassem às escolas e utilizassem a noção de Ideologia de Gênero para se referir aos mais variados estudos nos campos do gênero e das sexualidades.

Em 2014, quando o debate sobre a ideologia de gênero ainda estava incipiente no Brasil, algo parecido já havia acontecido em Salvador. O arcebispo da cidade, Dom Murilo S.R. Krieger (2014) publicou um texto<sup>4</sup> no jornal baiano A Tarde, tanto na versão imprensa, quanto digital, que apontava

---

<sup>3</sup> Para mais informações ver: <<https://bit.ly/2he59DN>>. Acesso 12 out 2018.

<sup>4</sup> Ver Krieger (2014).



gênero como um programa e uma política de atuação que se arquitetava para impor um novo modelo familiar e destruir aquilo que ele define como “família legítima”.

O arcebispo reforçava em seu texto os argumentos sobre ideologia de gênero desenvolvido pelos setores ultraconservadores da Igreja Católica: que sexo e gênero são biológicos, que família é constituída de pai e mãe, e que deus – o cristão – fez a mulher para o homem. Dom Murilo S.R. Krieger (2014), tal quais outras autoridades da Igreja Católica ao redor do mundo, faz uma confusão terminológica e a partir de distorções semânticas tenta impor conotações negativas ao termo gênero com intuito de promover o pânico moral e incitar as pessoas contra os possíveis avanços no campo dos direitos das mulheres, das minorias sexuais e dos movimentos feministas e LGBT. Na época, em um texto<sup>5</sup> resposta, publicado no portal Ibahia, os professores Leandro Colling, Felipe Fernandes e Silvia de Aquino (2014), indicavam que o “combate à teoria de gênero” era a mais recente estratégia utilizada pela Igreja Católica para fixar que as noções de gênero e sexualidade são reguladas pela natureza, e não construídas socialmente.

Como reflexo dessa investida operada por setores das igrejas católicas e neopentecostais, o termo “ideologia de gênero”, carregado de um peso altamente negativo, passou a significar um suposto esforço dos movimentos feministas, LGBT, e dos estudiosos do campo do gênero e das sexualidades, para ensinar as crianças a serem gays e lésbicas, e passou a ser fortemente combatido nas escolas públicas, tendo como principal articulador o Movimento Escola Sem Partido (MESP).

O Movimento Escola Sem Partido é um movimento político criado em 2004 pelo Procurador do Estado de São Paulo Miguel Nagib com a intenção de combater aquilo que eles denominam de “doutrinação ideológica” nas escolas e universidades brasileiras. Entre suas principais ações, o movimento disponibiliza em seu site três anteprojetos de lei, cada um deles destinado aos níveis federal, estadual e municipal, que preveem a regulamentação do que consideram “abuso da liberdade de ensinar”.

Entre outras questões relacionadas a liberdade de expressão do professor na sala de aula, o segundo artigo dos anteprojetos estadual e municipal prevê que:

o poder público não se imiscuirá na orientação sexual dos alunos nem permitirá que qualquer prática capaz de comprometer, precipitar ou direcionar o natural amadurecimento e desenvolvimento de sua

---

<sup>5</sup> Ver Colling (2014).



personalidade, em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero (Programa Escola Sem Partido, s.d.)

Em um texto<sup>6</sup>, publicado no blog escola sem partido por Rejane Soares (2016), identificada como psicóloga e psicanalista, é possível perceber o escopo da crítica feita pelo movimento à chamada Ideologia de Gênero:

Assim, é urgente o combate a ideologia de gênero que, com a noção de igualdade de gênero e o incentivo às relações homoparentais, coloca em risco as diferenças sexuais que possuem função estruturante no desenvolvimento psíquico da criança. O grande dano provocado pela ideologia de gênero consiste em subverter os papéis sociais atribuídos a cada sexo, que reafirmam e consolidam a identidade sexual. Esse dano vai muito além de um desvio dos desejos heterossexuais, de uma estética corporal ou até mesmo de uma revolução dos costumes. Ele chega, na verdade, às raias de uma confusão mental deliberada (SOARES, 2016).

A pauta do MESP se alinha a da Igreja Católica, pois também se fundamenta na sacralização da família, como espaço intocável, com valores próprios, que não devem sofrer interferências do estado, assim como não devem ter seus valores debatidos em espaços públicos. Para eles, a construção moral e social de homens e mulheres não devem ser reinventadas, muito menos deve ser objeto de discussão na escola, já que a organização daquilo que é específico de homem e de mulher deve ser orientada pela família a partir de suas convicções morais, políticas, religiosas e ideológicas.

Em boa parte das críticas que são formuladas, ao que eles mesmos denominaram como Ideologia de Gênero, é perceptível um apego à biologia, e à correspondência entre sexo, gênero e desejo. Para os críticos à inserção desse debate na escola, gênero não é compreendido como uma construção social, mas sim como algo determinado pelo sexo e em alguns casos, determinado por alguma força divina, que traça o destino do indivíduo a partir de sua genitália. Da mesma forma, a sexualidade é compreendida como algo privado, que diz respeito somente ao indivíduo e suas famílias, não devendo assim ser motivo de debates ou discussões em espaços públicos. Como podemos ver na afirmação feita por Jeferson Viana (2015), no blog Instituto Liberal, em um texto publicado em 18 de junho de 2015:

Não podemos deixar que o Estado tente definir o que é melhor para os nossos filhos em matéria de

---

<sup>6</sup> Ver Soares (2016).



educação. É tarefa e direito dos próprios pais definir como esse tema será abordado e tratado nas famílias. Se os Planos Municipais de Educação forem aprovados tal como estão sendo propostos, os pais e mães brasileiros se tornarão reféns das agendas defendidas pelo governo, que, como já vimos anteriormente e como já ocorre em diversos lugares do país, distribui materiais “didáticos” que visam corromper precocemente as crianças brasileiras (VIANA, 2015).

Felipe Aquino (2014), doutor em Engenharia Mecânica pela UNESP e atualmente professor da Escola de Engenharia da USP, em um vídeo publicado pelo canal ‘Editora Cléofas’<sup>7</sup>, define a Ideologia de Gênero como um movimento muito perigoso, anticatólico e antinatural, afirmando que todos os indivíduos ou nascem homens ou mulheres sem possibilidades de transgressão ou contornos. Diversos outros religiosos coadunam com esse argumento, e em uma rápida pesquisa na internet é possível encontrar textos e vídeos das mais diversas denominações religiosas, com críticas à noção de gênero como construção social e o reforço da sexualidade e do gênero como algo biologicamente definido.

Em um áudio<sup>8</sup> publicado em seu blog pessoal, um religioso identificado como Padre Paulo Ricardo (2015), afirma que a Ideologia de Gênero é uma fábrica de perversos, que condicionaria as crianças ao erro de serem ensinadas a ser homossexuais e lésbicas. Assim como ele, o Arcebispo de Juiz de Fora, Dom Gil Antônio Moreira (2017)<sup>9</sup>, também reafirma a ordem natural da sexualidade e do gênero, e posiciona a contrariedade à ideologia de gênero, como uma deformação psicológica:

Por natureza, os seres vivos são criados machos e fêmeas, e isso não é apenas um acaso, mas a ordem natural que possibilita a procriação e a harmonia entre os seres vivos. A natureza já nos dá certas determinações, e isto não pode ser simplesmente desprezado ou encarado como uma agressão da mesma. Há coisas que devem ser recebidas como um dom e não como imposição. Seria uma deformação psicológica ver em tudo opressão (MOREIRA, 2017).

Essa compreensão, de que existe uma ordem natural para os gêneros e as sexualidades acabou se fortalecendo nos debates dos planos estaduais e municipais de educação. Nos últimos dois anos, diversos estados e municípios viveram momentos de confrontos e tensões com a aprovação de seus planos, mesmo com a resistência dos movimentos feministas e LGBT. Tanto o Plano Nacional de Educação quanto boa parte dos planos municipais e estaduais foram aprovados sem nenhuma menção

---

<sup>7</sup> Ver Aquino (2014).

<sup>8</sup> Ver Ricardo (2015).

<sup>9</sup> Ver Moreira (2016).



às desigualdades de gênero e orientação sexual.

Um dos mais recentes desdobramentos desse movimento no Brasil se deu em torno da aprovação da Base Nacional Comum Curricular. Assim como no PNE, todas as menções a gênero e orientação sexual foram removidas da versão final da base, especialmente, devido ao empenho da bancada evangélica no congresso, da CNBB, e de figuras, que ficaram conhecidas do público, justamente após a visibilidade desse debate, a exemplo do senador Magno Malta, autor do projeto escola sem partido, dos deputados Jair Bolsonaro e Marco Feliciano, dos pastores Silas Malafaia e Damares Alves, e da psicóloga Marisa Lobo.

Essas figuras, somadas a outras tantas nem tão famosas, foram as responsáveis por propagar as noções de que a ideologia de gênero negava a biologia, destruiria as famílias, anteciparia a vida sexual dos adolescentes, e extingiria as categorias de menino, menina, homem e mulher, quando na verdade, o plano nacional de educação, em seu texto original, propunha apenas a promoção da igualdade de gênero e da orientação sexual na educação e a superação das desigualdades de gênero e orientação sexual.

O Movimento Escola Sem Partido e os setores conservadores da Assembleia Legislativa e igrejas cristãs, em especial a Católica, defendem uma suposta neutralidade do currículo escolar, que perpassaria a eliminação de termos como “gênero” e “orientação sexual” não apenas dos documentos oficiais que organizam a educação, mas até mesmo do vocabulário escolar, especialmente dos professores e professoras, que passaram a ser vigiados e a sofrerem sanções morais e linchamentos virtuais quando abordam esses temas.

Para esses setores religiosos e conservadores, as noções de gênero só são ideológicas porque contrariam o modelo biologicista e naturalista, que impõe aos sujeitos um gênero e uma sexualidade a partir da materialidade de seus sexos e da necessidade de que se haja uma correspondência entre sexo, gênero e desejo. Além disso, esses setores desconsideram ainda o caráter ideológico e político do pânico social que criaram em torno dos estudos de gênero e sexualidade e dos direitos políticos de mulheres e LGBTs, através de argumentos equivocados, falsos e atos de má-fé e desonestidade intelectual.

Nesse sentido, é que, ao contrário do que esses movimentos têm feito, utilizaremos nesse texto a noção de Ideologia de Gênero justamente para identificar as noções de gênero reproduzidas por esses grupos conservadores, assim como sugere Junqueira (2007):



Teoria/ideologia de gênero”, portanto, existe e não corresponde e nem tampouco resulta do campo dos Estudos de Gênero ou dos movimentos feministas e LGBTI. É, em vez disso, um dispositivo de origem vaticana urdido para promover uma agenda ultraconservadora, antifeminista e antagonista à democracia e aos direitos humanos entendidos em bases mais amplas e plurais (JUNQUEIRA, 2007, p. 234).

Daqui em diante, o que chamaremos de Ideologia de Gênero serão todas essas formulações religiosas, biologicistas e conservadoras que localizam o gênero e a sexualidade exclusivamente na biologia, e que, cotidianamente, têm sido utilizadas para criminalizar e patologizar os gêneros e as sexualidades dissidentes e para impedir que o debate sobre gênero e sexualidade chegue às escolas.

#### 4. Mas então, o que é Gênero?

Nesse tópico abordarei a produção de definições sobre Gênero e as transformações que o conceito passou ao longo dos anos. Abordarei as principais produções teóricas sobre gênero desde a década de 40, a fim de demonstrar que, mesmo dentro da teoria feminista não há um consenso sobre a conceituação de gênero (em seu uso político, teórico e epistemológico), em nenhuma de suas abordagens as noções produzidas pela “Ideologia de Gênero” encontram legitimidade.

O primeiro uso da noção de gênero não foi nos estudos feministas. Segundo apontam Rabay e Carvalho (2015), o termo foi cunhado originalmente na linguística, migrou para a sociologia, para só depois vir a ser usado na teoria feminista. Na sociologia, quando passou a ser identificado como uma categoria pessoal e social, a noção de gênero foi utilizada inicialmente por John Money em seus estudos teórico-clínicos sobre pessoas intersexos (RABAY E CARVALHO, 2015). Para as autoras, o pioneirismo de Money foi apagado, e gênero passou a ser conhecido como algo inventariado por Robert Stoller e apropriado por Simone de Beauvoir, em sua clássica obra *O Segundo Sexo*.

Para Heleieth Saffioti (1999), estaria justamente em Beauvoir a primeira manifestação do conceito de gênero, mais especificamente em sua clássica afirmação, a mais famosa de sua obra *Segundo Sexo*: “On ne naît pas femme, on le devient” (Ninguém nasce mulher, torna-se mulher). Para Saffioti (1999), o que Beauvoir manifesta, é que o feminino não é dado simplesmente pela biologia ou pela anatomia, e sim construído socialmente. Mesmo sem possuir o arsenal de conceitos e teorias que só se constituíram anos depois, e que temos disponível hoje, Beauvoir se dirigiu certeira ao ponto chave das primeiras formulações do conceito de gênero, questionando as noções que auxiliavam a construção social do feminino. Para Costa (1998), está justamente na palavra tornar a sinalização de uma mudança do corpo biológico ao corpo cultural, do sexo ao gênero.



Segundo Haraway (2004), Stoller formulou o conceito de identidade de gênero a partir do dualismo biologia/cultura, onde sexo estava para a biologia, tal como gênero estaria para cultura. A atuação da cultura sobre a biologia era então quem gerava homens e mulheres – o gênero. Desde 1963, quando Stoller faz uso do conceito de gênero para apresentar ao Conselho Internacional de Psicanálise o conceito “Identidade de Gênero”, a noção de gênero já estava apartada da biologia. Segundo aponta Kate Millet (1975), umas das finalidades do estudo de Stoller, era justamente provar que sexo e gênero não só não estavam fatalmente ligados, como também não careciam um do outro para existir.

Kate Millet (1975) foi outra feminista que corroborava com as argumentações de Stoller e Money, de que não havia uma relação inevitável entre sexo e gênero, e que era justamente através das construções sociais do gênero, que o patriarcado se estabelecia, porque a noção de uma superioridade masculina garantia tanto a inferiorização da fêmea, quanto a superioridade do macho. Tanto Millet (1975), quanto outras feministas da segunda onda, passam a fazer uso da noção de gênero em oposição ao uso histórico do determinismo biológico que justificava a subordinação das mulheres.

Ann Oakley (1972), em 1972, quatro anos depois da publicação do livro *Sexo e Gênero* de Robert Stoller (1968), formula, em seu livro *Sex, Gender and Society*, uma compreensão sobre gênero, ainda que posicionando o sexo no campo da biologia, correlacionada a realização de atividades diárias, tais como se vestir, gesticular, tomar banho, ter um trabalho, etc. Mesmo sem nomear dessa forma, Oakley (1972) já nos dizia que gênero é uma performance, que pode ser aprendida por qualquer sujeito, sem que se relacione a particularidades genitais.

As afirmações de Oakley (1972), além de referenciadas em Stoller, Money e outros psicanalistas que trabalharam com a noção de identidade de gênero, ancoram-se nas pesquisas antropológicas, a exemplo da desenvolvida por Margareth Meed (1971), que também já vinha afirmando que existia uma gama enorme de variações na forma como as diferentes culturas definem gênero. Que com as ressalvas necessárias, era o que, sem essa nomenclatura, afirmou Meed (1971), quando diferenciou o sexo de temperamento, para dizer que as sociedades desenvolviam formas próprias de temperamentos masculinos e femininos.

Para Oakley (1972), a descoberta mais notável, que tanto os estudos antropológicos, quanto os psicanalíticos provaram, é a que garotos sem pênis podem se tornar homens, assim como garotas com pênis e sem útero podem se tornar mulheres, provando que gênero, além de ser uma entidade separada do sexo, é socialmente e não biologicamente definido. Para Oakley:



Mostly the social situation defines gender (wife—woman, dentist—man, and so on) or gender is visible as a sum of qualities, including mannerism, way of speaking, dress, choice of topics in conversation and so on. Gender is a visible fact most of the time: sex is not (OAKLEY, 1971, p. 161)<sup>10</sup>.

Para a autora, a biologia desempenha um papel mínimo na determinação e no desenvolvimento das identidades de gênero, pois as mesmas estão sobrepostas ao aprendizado cultural. Dessa forma, desnaturalizar as identidades de gênero, indica também que não há naturalidade na opressão das mulheres, ou que, em outras palavras, não há nada de biológico ou natural nas relações de poder que privilegiam os homens.

Gayle Rubin (1975) realiza um trabalho pioneiro, expondo uma conceituação que sistematiza esse debate entre sexo e gênero. Em meio às discussões que buscavam encontrar a natureza da opressão e subordinação social das mulheres, Rubin (1975) formula o que ficou conhecido como sistema sexo/gênero - uma série de arranjos que toma a matéria-prima biológica do sexo humano e da procriação, e a transforma em produtos da atividade humana, que transformam a fêmea em mulher domesticada.

Tal como já vimos anteriormente, Rubin (1975) também realiza uma separação entre natureza (a fêmea) e cultura (a mulher domesticada), sexo e gênero. Essa dicotomia, definida por Rubin (1975) como sistema sexo/gênero, posiciona o sexo em um lugar natural, biológico, tal qual uma *matéria-prima*, isento de questionamentos ao seu processo de construção sócio-histórica, enquanto o gênero estaria aberto a adequações e modulagens, que variam nos contextos sociais onde é produzido.

Para Rubin, a cultura se sobrepõe a natureza, pois a diferença entre homens e mulheres é sobretudo cultural. Gênero é então concebido como produzido culturalmente, construído a partir das relações sociais, em especial as relações de parentesco, que instaura a diferença e cria, a partir do sexo biológico, dois gêneros dicotômicos, interdependentes, que opõe homens e mulheres, como podemos perceber no trecho a seguir:

Gênero é uma divisão dos sexos imposta socialmente. É um produto das relações sociais de sexualidade. [...] da perspectiva da natureza, homens e mulheres são mais próximos um do outro que o são de qualquer outra coisa – por exemplo, montanhas, cangurus ou coqueiros. A ideia de que homens e mulheres são mais diferentes entre si que o são de qualquer outra coisa deve vir de alguma outra esfera

---

<sup>10</sup> É principalmente a situação social que define o gênero (esposa=mulher, dentista=homem, etc.) ou o gênero é visível como uma soma de qualidades, incluindo maneirismos, formas de falar, vestir, escolha de assuntos numa conversa, etc. Gênero é um fato visível a maior parte do tempo: sexo não (OAKLEY, 1971, p. 161).



que não a da natureza. Além disso, embora exista uma diferença normal entre pessoas do sexo masculino e pessoas do sexo feminino no que tange a diversos traços, a gama de variações desses traços mostra que há uma considerável área coincidente (RUBIN, 1975, p. 27).

Nessa lógica, a opressão, ao contrário de ser universal, como é percebida na noção de patriarcado, seria produto de relações sociais específicas, e não mais algo inerente às relações de homens e mulheres. Na perspectiva adotada por Rubin (1975), o conceito de gênero ganha centralidade, em detrimento dos usos, até então comuns, da noção de patriarcado, para discutir os sistemas de opressão e exploração das mulheres.

O pensamento de Rubin (1975), entretanto, tem uma série de limitações: essa noção de sexo como um dado natural, biológico e imutável, a perspectiva dualista de seu argumento – sexo/gênero, natureza/cultura e a própria noção de gênero definida por Rubin (1975) será objeto de contestação e críticas feministas, por, de certa forma, ancorar-se em bases naturais. Entretanto, ainda que posicionasse sexo como algo dado pela natureza, a formulação do sistema sexo/gênero de Rubin (1975) permitiu que as feministas avançassem muito rumo a desnaturalização das desigualdades e opressões de gênero, exercendo assim grande influência sobre as produções feministas que se sucederam.

Segundo Piscatelli (2002), o texto de Rubin (1975) promove dois deslocamentos bastantes significativos: propõe pensar a construção do gênero, logo, a construção da mulher como algo social e cultural, e exige compreensão de diversas realidades empíricas e os contextos específicos onde sexo/gênero operacionalizam relações de poder. Dessa perspectiva, o conceito de gênero assume uma perspectiva de categoria de análise alternativa, que ao longo dos anos ganhou centralidade na produção feminista, em detrimento do uso da noção de patriarcado.

O conceito de gênero é produzido em meio a uma crise de paradigmas nas ciências sociais. Ana Alice Costa (1998) afirma que, na década de 80, as construções em torno do que chamamos de gênero buscavam sintetizar as relações hierárquicas entre homens e mulheres e afastar o determinismo biológico impregnado na noção de sexo ou diferenciação sexual. Para Costa (1998), pretendia-se com o conceito de gênero alcançar uma perspectiva histórico-analítica e relacional que oferecesse possibilidades metodológicas de analisar a situação de desigualdade que se encontravam as mulheres.

Quem destaca a importância de gênero enquanto categoria de análise, é a historiadora Joan Scott (1990). Até meados da década de 80, a produção em torno da noção de gênero estava em volta



da dualidade sexo e gênero, natureza e cultura. Em 1986, Scott (1990) publica o seu célebre artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, que além de trazer novas perspectivas para os estudos de gênero, critica, aquilo que ela denomina de usos descritivos de gênero: quando os estudos de gênero não se permitem ir além das questões que envolvem homens e mulheres.

Scott (1990) é assumidamente pós-estruturalista, e tem como eixo central de sua provocação o método de desconstrução de Derrida e o pensamento de Foucault. Tal qual já sabemos, Scott (1990) argumenta que o conceito de gênero se estabeleceu com um caráter fundamentalmente social com intuito de criar uma oposição ao determinismo biológico que estava implícito nas noções de sexo e “diferença sexual”. Da mesma forma, Scott (1990) afirma, que o uso de gênero também tinha como intuito, introduzir uma noção relacional no vocabulário analítico das feministas e teóricas que se preocupavam com as definições normativas de feminilidade. Por último e mais importante, o uso de gênero era feito por aquelas feministas que acreditavam que o estudo sobre a vida das mulheres possibilitaria uma transformação nos temas e nas formas de fazer ciência.

“Nós estamos aprendendo”, escreviam três historiadoras feministas "que inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais daquilo que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas. Não é demais dizer que ainda que as tentativas iniciais tenham sido hesitantes, uma tal metodologia implica não somente urna nova história de mulheres, mas também urna nova história (SCOTT, 1990, p. 73).

Scott (1990) aponta que, mesmo com tanta pretensão, havia um limite nas abordagens descritivas que utilizam o conceito de gênero ou que se empenhavam em construir uma história das mulheres, pois não transformavam e sequer questionavam os conceitos dominantes das disciplinas, a exemplo do conceito de sexo, que permaneceu intacto e imutável como natural e biológico. Quando propõe gênero como uma categoria de análise, Scott (1990) buscava justamente esse alcance, o de uma transformação dos paradigmas do conhecimento tradicional, não só a partir da inclusão de temas novos, mas sim de um verdadeiro “reexame crítico das premissas e critérios do trabalho científico existente” (SCOTT, 1990, p. 73).

Scott (1990) toma gênero como uma categoria de análise, como uma lente que permite enxergar as mais variadas dimensões da existência e da realidade social. Nesse sentido, gênero para Scott (1990) é essa lente, sob qual é possível perceber as diferenças sexuais e as formas como são construídos os significados sociais para essas diferenças. A utilidade analítica do gênero seria justamente essa, nos permitir imergir nos significados construídos sobre o masculino e feminino, para



daí produzir perguntas sobre os homens e as mulheres, e não tomá-los como categorias fixas.

Scott (1990) provoca então uma ruptura com o sistema sexo/gênero. Ao tomar homens e mulheres como perguntas, que se movem, multiplicam-se e produzem novos significados, o corpo, outrora entendido como categoria fixa, também é deslocado para um ponto de vista social, em que o sexo está interpretado a partir do gênero, e não o contrário, como previa o sistema definido por Gayle Rubin (1975).

A partir dessa lógica interpretativa, não haveria mais sentido em pensar o sexo como produto da natureza, porque a própria noção de natureza e a sua separação e oposição a cultura já é um produto da cultura e do social. A diferença sexual, estaria então para Scott (1990) inteiramente construída no social a partir da linguagem e do discurso, que seriam os responsáveis por organizar socialmente essa diferença no corpo.

Para Haraway (2002), essas formulações que distinguem natureza e cultura para explicar as dimensões biológicas e sociais do sexo e gênero falharam em interrogar o binarismo presente nas diferenciações entre biológico/social, natureza/cultura, sexo/gênero, e o caráter passivo que as categorias de sexo, biologia e natureza assumiam nesse debate, contribuindo, assim, para que, em grande medida, categorias como homem e mulher assumissem uma identidade essencial “analiticamente intocadas e politicamente perigosas” (HARAWAY, 2002, p. 218). O problema, segundo Haraway (2002), esteve (está) em tomar o sexo como algo pragmático e a-histórico, não investigando, nem relativizando os seus sentidos histórico-epistemológicos.

Quem também se posiciona nesse debate, é Moore (1997). Para a autora, mesmo com todos os esforços em afirmar que as diferenças biológicas não determinam as construções de gênero, a relação entre sexo e gênero, biologia e cultura, não foi analisada de maneira adequada, pois, há ainda (sempre houve) uma presunção subentendida de que as diferenças sexuais, mesmo que não sejam determinantes, são implícitas às categorias de gênero. Em outras palavras, o que Moore (1997) está no dizendo é que, mesmo assumindo que o que molda o gênero não é o sexo, a existência do gênero dependia da materialidade do sexo, como se houvesse no sexo algo de imutável.

Segundo Rubin (1994), essa compreensão do sexo como força natural previamente existente à vida social é um essencialismo sexual que está incorporado no senso comum das sociedades ocidentais que concebem sexo como algo que não é social, mutável e histórico. Ao contrário daquilo que expressa em seu texto *Tráfico de Mulheres* (1975), Rubin (1994) está nos dizendo, tal como nos



disse Moore (1997), que o sexo possui uma história e que é construído socialmente, não é uma estrutura dada e não pode ser compreendido em termos puramente biológicos.

Entretanto, assim como salienta Moore (1997), não há nada de absoluto nos sentidos dados aos corpos e as práticas nas quais os mesmos então envolvidos, pois o próprio corpo, tal como o sexo, é altamente cultural, variável, relativo e historicamente definido. Para a autora, sexo é “o efeito de um discurso ocidental específico para abarcar e categorizar as diferenças aparentes entre mulheres e homens” (MOORE, 1997, p. 8), produzidas a partir do discurso biomédico da cultura ocidental.

Quem também se situa nesse debate, definido por Piscatelli (2002) como desconstrutivista, e que tensiona sexo e natureza como categorias analíticas propondo sua desqualificação, é a filósofa Judith Butler (2003). Butler (2003) tece uma nova elaboração para pensar as noções de sexo e gênero, e confronta as perspectivas que tem tomado as identidades como fixas e imutáveis a partir do questionamento sobre a forma como as relações binárias tem operado. Para Butler (2003, p. 25), “O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado”, pois o próprio sexo é um conjunto de práticas discursivas construídas culturalmente para dar sentido as partes do corpo.

Para Butler (2003), gênero é algo que fazemos constantemente, e não algo que somos. É em seu livro *Problemas de Gênero* que Butler (2003) desenvolve a sua teoria da performatividade, que compreende o gênero como uma performance, que pode ser aprendida, e que é apreendida socialmente através das normas e regulações que guiam os sujeitos desde o momento em que a sua genitália é descoberta, ainda na gravidez. Butler (2003) afirma de forma muito mais enfática que o corpo não é uma estrutura estática onde o gênero se manifesta, mas sim que o mesmo é também uma produção cultural que se organiza a partir dos discursos e das discursividades que são produzidas sobre ele.

A autora desmonta o binarismo sexo/gênero e problematiza a noção como gênero vinha sendo construído, enquanto categoria fixa que definia e baseava a teoria e o próprio sujeito do feminismo. Uma das principais contribuições de Butler (2003) é sua afirmação de que não há qualquer correspondência entre sexo, gênero e desejo, e que o gênero não decorre do sexo. Para Butler (2003), aquilo que até aqui estávamos chamando de sexo é o próprio gênero, não havendo distinção entre sexo e gênero, tal como havia sido formulada pelo binômio natureza e cultura. Outra crítica que ela vai fazer é que essa concepção de gênero como fundador da identidade de homens e mulheres flertava, em muito, com o essencialismo substancial de uma materialidade definidora do gênero.



Para justificar sua afirmação, de que não haveria qualquer relação entre sexo e gênero, Butler (2003) retoma Beauvoir, e aponta que não há nada na clássica afirmação de Beauvoir – *ninguém não nasce mulher, torna-se* – que garanta que o sujeito que se torna mulher seja necessariamente uma fêmea. O que ela está promovendo, é uma desnaturalização do gênero e do sexo, que na teoria feminista sempre foram tomados como substância, como algo definido por si mesmo.

Para Butler (1999) a diferença sexual, não é, senão, uma função de diferenças materiais marcadas e formadas por práticas discursivas, e o sexo não é apenas uma norma regulatória, que determina o gênero, ele produz os corpos que governa, “o sexo é um construto ideal que é forçosamente materializado através do tempo” (BUTLER, 1999, p. 152). Butler (1999) contesta o caráter biológico do sexo, pois, segundo ela, o sexo

não é um simples fato ou a condição estática de um corpo, mas um processo pelo qual as normas regulatórias materializam o sexo e produzem essa materialização através da reiteração dessas normas. O fato dessa reiteração ser necessária, é justamente a prova de que a materialização não é nunca totalmente completa (BUTLER, 1999, p. 152).

Para Haraway (2002), desqualificar sexo ou natureza, exporia a ilusão de que há um centro interior que organiza e molda o gênero, produzindo em consequência um campo de diferenças onde gênero e outras categorias como raça e classe estariam abertas a ressignificações. Entretanto, assim como aponta Haraway (2002), Butler (2003) tem sido acusada por muitas feministas de promover uma despolitização da categoria mulher, já que não haveria um objeto material definidor do sexo ou gênero. Para Haraway (2002),

o conceito de um eu interior coerente adquirido (culturalmente) ou inato (biológico) é uma ficção reguladora desnecessária – de fato, inibidora – aos projetos feministas de produzir e afirmar atuação e responsabilidade complexas” (HARAWAY, 2002, p. 219).

Essas interpretações fizeram com que essas teóricas, em especial Judith Butler (2003), fossem acusadas de esvaziar o sujeito político do feminismo: a categoria mulher. No desenrolar desses debates, o próprio conceito de gênero passou a ser criticado por parte das teóricas e militantes feministas, devido ao seu potencial político de desmobilizar, fragmentar e *desempoderar* o feminismo (MATOS, 2008).

Como vimos até aqui, o conceito de gênero passou por inúmeras transformações ao longo da história e produção do movimento feminista. As teóricas e seus pensamentos e construções sobre o



conceito de gênero que foram aqui apresentadas (algumas se aproximam outras se afastam) têm em comum, entre outras coisas, o projeto de construção de uma sociedade sem hierarquias de gênero, onde as compreensões (sociais, físicas, biológicas, etc.) sobre homens e mulheres não sejam utilizadas para conferir privilégios e corroborar opressões. Esses debates, que não encontram consenso, nem se esgotam dentro da própria teoria feminista, em nada se relacionam com aquilo que vem sendo produzido dentro da retórica da ideologia de gênero.

## **5. Incompreensões da Ideologia de Gênero, ou por que ela não representa os estudos de gênero**

No Brasil, segundo apontam Rabay e Carvalho (2015), especialmente nos contextos educacionais, gênero sempre foi tomado como sinônimo de sexo, ou reduzido a sexo a partir de uma generalização indevida que confunde sexo e gênero. Para provar seu argumento, as autoras se utilizam de diversos dados produzidos pelo sistema educacional brasileiro onde as questões de gênero estavam reduzidas, ou sendo interpretadas como sexo. Já para Matos (2008), mesmo em meio as incompreensões, gênero, enquanto instrumento de construção teórico-analítica, se localiza em posição bastante privilegiada, suficiente reconhecida e destacada nas produções acadêmicas aqui do Brasil. Segundo a autora, é possível mapear diversos usos do conceito em estudos e pesquisas que se encontram vinculadas, ou flertam, com o campo dos estudos de gênero.

Entretanto, por mais que os estudos de gênero venham ganhando espaço na produção acadêmica, os tensionamentos, na arena política, ainda se localizam naqueles discursos produzidos na década de 70, e no esforço em separar gênero de sexo. Por mais que existam disputas em torno do uso do conceito de gênero na teoria feminista, ou mesmo disputas em torno da forma como gênero e sexo foram tomados pelos estudos feministas, quando nos lançamos sobre aquilo que versa a Ideologia de Gênero, percebemos que, no contexto político e educacional atual, a nossa principal demanda é não compreender gênero como produto da biologia.

Nesse sentido, e a partir de tudo que foi debatido até aqui sobre a construção, as disputas e as desconstruções do conceito de gênero na teoria feminista, apontarei as principais incompreensões sobre gênero na chamada Ideologia de Gênero e as potencialidades que os estudos de gênero têm para o projeto político de eliminação da opressão, subordinação e subalternização das mulheres.

Segundo Moore (1997), as lutas travadas em volta das noções de gênero e das relações de



gênero, têm, aos poucos, se tornado também uma luta em torno da moral, da identidade familiar e religiosa em um contexto de dominação política e nacional. É nesse contexto que se localiza o avanço das concepções em torno da Ideologia de Gênero, é um aparato, tanto estatal, quando religioso, que mais do que inferir sobre as compreensões que temos sobre gênero, sexo e sexualidade, quer regular a forma como gerimos nossas vidas, nossas famílias, as pessoas que levamos para cama, entre outras questões relacionadas.

Para isso, os sujeitos e as instituições envolvidas com a Ideologia de Gênero têm produzido uma série de discursos sobre gênero, feminismo, sexualidade, que, assim como vimos, em nada se relacionam com as produções acadêmicas e políticas das teóricas e militantes feministas. A primeira delas é que nenhuma das correntes feministas reconhecem esse movimento, ou mesmo um campo de estudos que se intitula enquanto Ideologia de Gênero. Inclusive, na última edição do Fazendo Gênero, a comunidade acadêmica presente no evento, aprovou uma nota onde declara não reconhecer a narrativa “ideologia de gênero” e que a mesma é distinta dos Estudos de Gênero e dos Estudos das Relações de Gênero. O documento traz ainda, que essa narrativa, além de conter diversos equívocos conceituais, foi produzida tendo como principal foco, se opor aos direitos das mulheres e das populações LGBTs.

Outros dois problemas encontrado na ideologia de gênero são: um forte apego a Judith Butler, posicionando o pensamento feminista em apenas um único lugar, que na própria teoria feminista encontra-se em disputa e confronto, e uma homogeneização da produção feminista sobre sexo e gênero. As narrativas produzidas no seio da ideologia de gênero utilizam-se de uma gama de pesquisas e teorias que abordam as questões de gênero e, sem historicizá-los, apresentam como se houvesse um consenso, ou como se os Estudos de Gênero estivessem fincados em apenas uma perspectiva, o que já vimos anteriormente que não se sustenta. Assim como salienta Junqueira (2017), o campo dos Estudos de Gênero é vasto, consolidado e possui várias teorias que contemplam várias disciplinas e múltiplas matrizes teóricas e políticas, onde *gênero* é tomado como um conceito com sentidos distintos, e não como uma ideologia ou teoria única.

Há ainda, um total esvaziamento do conceito de gênero, que passa a ser interpretado como uma força que pretende destruir as famílias, impor novas formas de vivenciar e expressar a sexualidade, destruir a biologia, e forçar crianças a serem gays e lésbicas. Essas compreensões que resultaram nos inúmeros debates e confrontos em tornos da inclusão da palavra gênero nos planos municipais e estaduais de educação. Tais afirmações são outras inverdades produzidas por essa



narrativa, primeiro que não há nos Estudos de Gênero, nos Estudos Sobre a Mulher, nos Estudos de Sexualidade, entre outras interfaces que se relacionam com gênero, nenhum teórico que defenda a destruição da biologia, ou que diga que o biológico, aquilo que dá materialidade ao nosso corpo, não existe. Ao contrário disso, uma das vertentes do pensamento feminista, defende justamente a existência de uma realidade material, que é essencial para definição da opressão à mulher. O que algumas vertentes dos estudos de gênero têm produzido em torno do biológico, e do natural, é aquilo que anteriormente já foi salientado, que: tanto não existe nenhuma correlação entre sexo, gênero e desejo, quanto a própria concepção que temos sobre natureza, natural e biologia, é um produto do social, pois foi construída socialmente e não dada por nenhuma intervenção divina – como, algumas vezes, a narrativa da ideologia de gênero faz parecer.

Há ainda por parte dessa narrativa, uma redução da relação entre biologia e comportamento social como uma simples relação de causa e efeito, e uma compreensão biológica que se limita aos opostos masculino e feminino, homem e mulher, natureza e cultura, que assim como salienta Moore (1997), vai de encontro inclusive às novas perspectivas da pesquisa contemporânea em biologia, que não mais compreende-a como um determinante, mas sim como um componente dinâmico de nossa existência.

Amorin e Salej (2016) consideram que usar uma expressão inexistente no campo dos estudos de gênero não é um equívoco desse movimento, mas sim uma estratégia que pretende ideologizar todo um campo de estudos e associá-lo a um processo doutrinário. Pensando por essa perspectiva, Miguel (2015) atribui ao uso do termo “ideologia de gênero” um oportunismo político que se utiliza do pânico moral em torno dos valores familiares para legitimar o seu discurso.

Por fim, mais uma vez, ao contrário do que a narrativa da ideologia de gênero tem expressado, não há nenhuma pretensão doutrinadora nos estudos de gênero e sexualidade, o que esses estudos têm proposto e possibilitado é justamente a ampliação da liberdade e das possibilidades de viver e expressar o gênero e a sexualidade, ao invés de trancá-los em uma caixa e determiná-los a partir de duas únicas referências e possibilidades de vivência. O que os Estudos Sobre Gênero têm buscado é exatamente alargar as possibilidades de existência e as compreensões sobre o que é ser homem e mulher, socialmente construídas e estruturadas como normas.

Ademais, assim como salienta Matos (2008), os Estudos de Gênero, tanto no Brasil quanto internacionalmente, têm se constituído como um campo legítimo de saber científico, onde a narrativa sobre ideologia de gênero não tem espaço ou legitimidade. Os Estudos de Gênero têm pautado a



diversidade e o pluralismo, ao tempo que tem se oposto aos binarismos, sejam eles de quaisquer ordens. Da mesma forma, os desdobramentos dos Estudos de Gênero têm denunciado os projetos colonizadores, racistas e classistas, através de um movimento que pretende não só a libertação das mulheres e o fim da violência de gênero – sua principal prioridade – mas a eliminação do racismo, classismo, machismo e lgbtfobia, estruturas enraizadas e fundantes da nossa sociedade.

---

## Referências

- AQUINO, Felipe. *Você já ouviu falar em Ideologia de gênero?*. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2RO4WqZ>>. Acesso em: 18 ago 2017.
- BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, Maria Eulina Pessoa; RABAY, Glória. Usos e Incompreensões do Conceito de Gênero no Discurso Educacional do Brasil. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, 2015.
- CONSEJO EPISCOPAL LATINOAMERICANO (Celam). Documento conclusivo (Documento da Aparecida). Bogotá: Centro de Publicaciones del Celam, 2007.
- COLLING, Leandro; FERNANDES, Felipe; AQUINO, Sílvia de. *A “teoria de gênero” nada inocente de Dom Murilo*. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2zQBqJJ>>. Acesso 18 set 2018.
- CORNEJO-VALLE, Mónica; PICHARDO, J. Ignacio. La “ideología de género” frente a los derechos sexuales y reproductivos. El escenario español. *Cadernos pagu*, v. 50, p. 175009, 2017.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Nova Fronteira, 2014.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FURLANI, Jimena. *Existe “Ideologia de Gênero”?*: Entrevista com a Doutora em Educação, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2JYDTXw>>. Acesso 12 out 2018.
- GOMES, Ana Valeska Amaral; BRITTO, Tatiana Feitosa de. *Plano Nacional de Educação: construção e perspectivas*. Brasília: Senado Federal, Edições Técnicas: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.
- HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, n. 22, p. 201-246, 2004.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de Gênero”: A invenção de uma categoria polêmica contra os direitos sexuais. In: RAMOS, Marcelo Maciel; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá; ALKMIN, Gabriela Campos. *Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos: Perspectivas Multidisciplinares*. Belo Horizonte: Initia Via, 2017.
- KRIEGER, Dom Murilo. *A Teoria de Gênero*. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2DfLsAS>>. Acesso em 18 set 2018.
- LAURETIS, Teresa de. *A tecnologia do gênero*. Tradução de Suzana Funck. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LOURO, Guacira Lopes. *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, 2003.



- MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. *Estudos Feministas*, p. 333-357, 2008.
- MEAD, Margaret. *Sexo e Temperamento*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- MILLET, Kate et al. *Teoría de la política sexual*, 1975.
- MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, p. 725-747, 2017.
- MOORE, Henrietta et al. *Understanding sex and gender*. Companion encyclopedia of anthropology. London: Routledge, p. 813-30, 1994.
- MOREIRA, Dom Gil Antônio. *Outra vez ideologia de gênero*. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2B1coJM>>. Acesso em 18 set 2018.
- NICHOLSON, Linda. "Interpretando o gênero". *Estudos Feministas*, Vol. 8, No. 2, p. 9-41, 2000.
- OAKLEY, Ann. *Sex and Gender*. Sex, Gender & Society. New York: Harper, 1972.
- PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org.). A prática feminista e o conceito de gênero. *Textos Didáticos*, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002.
- Programa Escola Sem Partido. *Sem desenvolvedor identificado*, s.d. Apresenta anteprojetos de lei elaborados pelo Movimento Escola Sem Partido. Disponível em: <<http://programaescolasempartido.org>>. Acesso em 12 set. 2018.
- RICARDO, Paulo. *A Ideologia de Gênero e o estado totalitário*. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2qITh17>>. Acesso em 22 ago 2018.
- RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo. Recife: SOS Corpo, 1993. [RUBIN, Gayle. "The Traffic in Women: Notes on the 'political economy' of sex." In: R. Reiter (ed.), *Toward an Anthropology of Women*, New York: Monthly Review Press, 1975.
- RUBIN, Gayle. Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade. Tradução de Felipe Bruno Martins Fernandes e revisão de Miriam Pillar Grossi. Do original RUBIN, G. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality [1984]. In: ABELOVE, Henry; BARALE, Michèle e HALPERIN, David. (eds.) *The Lesbian and Gay Studies Reader*. Nova York: Routledge, 1994.
- SAFFIOTI, Heleieth IB. *Posfácio: conceituando o gênero*. Mulher brasileira é assim. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p. 271-283, 1994.
- SAFFIOTI, Heleieth IB. Primórdios do conceito de gênero. *Cadernos pagu*, v. 12, p. 157-163, 1999.
- SCALA, Jorge. *La ideología de género*. O el género como herramienta de poder. Madrid: Sekotia, 2010.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul-dez, p. 5-22, 1990.
- SCOTT, Joan. Millenium Fantasies: The Future of "Gender" in the 21st Century', in C. Honegger and C. Ani (Hg.). Gender - die Tuchken einer Kategorie, p. 19-37, Zurich: *Chronos*, 2001.
- SOARES, Rejane. *Porque os pais devem dizer NÃO à ideologia de gênero*. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2qI8iAr>>. Acesso em 18 set 2018.
- VIANA, Jeferson. *O perigo da ideologia de gênero nas escolas*. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2F13ds5>>. Acesso em 18 set 2018.

